



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

ISSN ELETRÔNICO 2316-3801

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

Albani de Barros²

RESUMO

Este artigo aborda os aspectos relacionados a crise estrutural do capital tratadas pelo autor István Mészáros que, conforme o mesmo, instalou-se na economia mundial desde a década de 1970, trazendo como parte de seus reflexos o agravamento da questão ambiental. A existência da humanidade é dependente da relação entre o homem e a natureza, dessa forma, analisamos como essa relação ocorre a partir dos limites econômicos impostos pela crise do capital e a reestruturação produtiva. A submissão do trabalho e dos valores de uso a lógica dos valores de troca im-

põem a vida humana uma produção que ao tempo em que impulsiona o consumo, também limita o acesso dos bens a enormes parcelas da população. Tal situação se torna mais aguda com a crise estrutural, o que se traduz numa produção perdulária, desperdiçadora, implicando numa interação profundamente destrutiva para a natureza e o ser humano.

PALAVRAS-CHAVE

Crise Estrutural do Capital. Natureza. Trabalho.

ABSTRACT

This article discusses aspects of the structural crisis of capital handled by author István Mészáros which, according to the same, settled in the world economy since the 1970s, as part of their reflections bringing the worsening environmental issue. The existence of humanity is dependent on the relationship between man and nature, in this way, we analyze how this relationship occurs from economic limits imposed by the crisis of capital and productive restructuring. The submission of the work and use values the logic of exchange values impose human life a production that drives the time consumption, also limits the access of goods to large portions of the population. This situation becomes more acute with the structural crisis, which results in wasteful production, implying an interaction profoundly destructive to nature and the human being.

KEYWORDS

Structural Crisis of Capitalism. Nature. Work

RESUMEN

Este artículo se refiere a los aspectos relacionados con la crisis estructural del capital tratados por el autor Istvan Meszaros, que según el mismo, se instaló en la economía mundial desde la década de 1970, contribuyendo como parte de sus reflejos con el aumento de la degradación ambiental. La existencia de la humanidad depende de la relación entre el hombre y la naturaleza, por esta razón, analizamos cómo esta relación se produce a partir de las limitaciones económicas impuestas por la crisis del capital y la reestructuración productiva. La sumisión del trabajo y de los valores de uso, la lógica de los valores de cambio le imponen a la vida humana una producción que al paso en que impulsa el consumo también limita el acceso de las mercancías a grandes porciones de la población. Esta situación se agudiza con la crisis estructural, que se traduce en una producción costosa, con muchas pérdidas, lo que implica una interacción profundamente destructiva para la naturaleza y el ser humano.

PALABRAS CLAVE

Crisis Estructural del Capital. Naturaleza. Trabajo

1 INTRODUÇÃO

É parte fundamental da teoria marxiana a conceitualização da categoria trabalho como de caráter universal. Tal concepção encontra-se exposta ao longo da obra de Marx em diversas passagens, notadamente em dois momentos tal conceito aparece de forma muito nítida em *A Ideologia Alemã* e também em *O Capital*. Na teoria marxiana, o trabalho é uma eterna necessidade que jamais pode ser eliminada do mundo dos homens, sob pena de não existir sociedade. O trabalho significa transformar a natureza em meios de subsistência ou de produção, algo indispensável a qualquer reprodução social. Seguindo este pressu-

posto, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2006, p. 53) assinalam que:

[...] todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida.

Em *O Capital*, logo no primeiro capítulo, Marx (1988, p. 50 – 146), também, assinala o caráter universal do trabalho e algumas dezenas de páginas depois, no capítulo V, reafirma tal característica.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma *condição de existência do homem*, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. [...] atividade orientada a um fim de produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, *condição natural e eterna da vida humana* e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente *comum a todas as suas formas sociais* (grifo nosso).

Esta insistência de Marx em enfatizar a universalidade do trabalho não pode ser desconsiderada, assinala que transformar a natureza não é uma escolha, é uma imperiosa necessidade, quanto a isso, não há alternativa possível, trata-se uma determinação ontológica. É na produção de valores de uso que é demonstrável o caráter de universalidade do trabalho. Sobre as determinações do trabalho identificáveis em todas as sociedades, tal descrição está firmemente apresentada no capítulo V do volume I. Nesta parte, Marx fornece os aspectos simples do trabalho, abstraindo¹ as formas particulares existentes em cada sociedade, ou seja, apresenta o trabalho na sua dimensão universal. Descreve Marx: “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo

em que o homem, por sua própria ação, media [sic], regula e controla seu metabolismo com a natureza” (1988, p. 142).

Transformar a natureza em meios de produção ou de subsistência significa utilizar os mais variados elementos naturais existentes no planeta: água, minérios, oxigênio, seres vivos vegetais e animais, etc. Significa se apropriar dos elementos naturais e transformá-los em objetos úteis ao ser humano.

A questão é que o trabalho é também um produto social, assim sendo, sua efetivação ocorre sob determinações que são particulares em cada sociedade. Em outras palavras, sem deixar perder esse conteúdo universal, o trabalho encontra-se submetido aos aspectos particulares que determinam como o homem produz os meios necessários a sua existência em cada formação social. O modo pelo qual o ser humano estará organizado para produzir é o solo ontológico fundante para a compreensão de como os indivíduos se relacionam com a natureza. No modo de produção capitalista, o trabalho será caracterizado por ser transformado em mercadoria. Seguindo este pressuposto, a natureza não é apenas tratada como uma base necessária para produção da riqueza humana, mas como fonte privada de enriquecimento. Tanto o agente produtor, como o produto de sua atividade, encontram-se submetidos à lógica dos valores de troca.

2 TRABALHO ABSTRATO E MERCADORIA

O trabalho abstrato, sendo caracterizado como aquele formador de valores de troca, existe de forma

¹ Tal situação decorre do fato que o trabalho nesta dimensão é rigorosamente uma abstração, visto que não há trabalho que não seja o reflexo da sociedade do qual ele é originário. Essa análise abstrata torna-se apenas para compreensão do objeto, e por esse motivo é que pode estar desconectado de suas características históricas específicas. Nesse sentido, “toda relação de qualquer indivíduo com a natureza é, sempre e imediatamente, a interação de uma dada sociedade com a natureza, já que não existe indivíduo sem sociedade” (LESSA, 2005, p. 55).

reflexiva aos ditames de uma formação social, que é uma singularidade na história do ser humano, ele é parte da sociedade em que tudo quanto é possível é transformado em produto vendável, a sociedade capitalista. Conforme Mészáros (2006) trata-se de uma forma de sociabilidade marcada pela subordinação do homem aos preceitos apriorísticos alienantes da vendabilidade universal.

A produção de valores de uso é algo insuperável. Pouco importa se tais valores serão produzidos tendo por finalidade a própria sobrevivência do homem, o conforto, ou se correspondem a uma necessidade da fantasia (MARX, 1988). É por socialmente terem alguma utilidade que possuem a capacidade de se transformar em valores de troca para o capitalista.

Para se ser mais precisos, sob a lógica do capital, os valores de uso apenas serão produzidos quando coincidirem em também serem valores de troca, ou, como mencionado por Mészáros (2007, p. 41), o valor de uso só terá o “direito à existência se estiver em conformidade com os imperativos apriorísticos do *valor de troca*” (grifo na obra). Não é que o capital separe o valor de troca de seu valor de uso, mas realiza uma radical sujeição dos valores de uso aos determinantes da mercadoria. Em outras palavras: “O capital define ‘útil’ e ‘inutilidade’ em termos de *vendabilidade*; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor de troca” (MÉSZÁROS, 2002, p. 660-661, grifos do autor).

A constatação de que na sociedade capitalista tudo aparece na forma de mercadoria está logo na primeira frase de *O Capital*: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1988, p. 45). Assim, a vendabilidade universal, a mercantilização de tudo quanto for possível é a primeira prerrogativa que Marx destaca ao tratar do modo de produção capitalista e da sociedade que corresponde ao seu reflexo. A frase com que Marx em 1867 abre a leitura de *O Capital* parece ainda mais pertinente para o século XXI. Nos dias atuais é difícil encontrar alguma esfera da vida que não esteja permeada pela lógica da mercantil.

Nessa estrutura de rejeição ao ser humano e acolhimento ao lucro, não há espaço para acomodar o homem enquanto tal, suas potencialidades não podem ser plenamente desenvolvidas e suas necessida-

de também não serão atendidas. Da mesma forma, a natureza não é considerada como uma fonte “finita” de suprimentos para o ser humano. As necessidades humanas e a relação homem e a natureza também estão submetidas ao mercado. A lógica do capital impõe que a busca do lucro seja a razão suprema a ser obedecida; ela não é somente uma determinação, ela é “o” objetivo fundamental e inabalável. O risco de não conseguir tal intento apavora qualquer capitalista, e para garantir essa finalidade quase tudo é permitido². A ânsia burguesa pela busca do lucro articula um extenso complexo de contradições que o capital lança na sua reprodução (LESSA; TONET, 2008). Estas contradições se iniciam já com a própria existência do trabalho assalariado e se estende na busca de valorização do capital por todas as esferas da vida. A natureza e todas as suas potencialidades, também, são encaradas como fontes de lucro.

Um dos principais teóricos clássicos da economia política e que ajudou a formular as bases do pensamento capitalista, não nega a imperiosidade da busca do lucro sobre qualquer outra coisa. Ninguém menos que Adam Smith assim pensava: “A única causa que motiva o proprietário de um capital [...] é o ponto de vista do próprio lucro” (SMITH, apud Marx, 2006, p. 84). É pilhérico que hoje, muitos apologistas da burguesia ignorem essas palavras de Smith e digam que o lucro não é tudo, apregoando uma suposta responsabilidade social nos negócios e nas questões ambientais, e que até invoquem uma “ética” empresarial para demonstrar o lado humano do capital, inclusive no tocante a preservação dos recursos naturais. Tratam

² “O capital abomina a ausência de lucro ou do lucro mínimo, tal como a natureza tem horror ao vácuo. Basta que o lucro seja conveniente para que o capital passe a ser corajoso: por 10% de benefícios, pode-se aplicá-lo em qualquer parte; por 20% ele se inflama; por 50% torna-se uma temeridade insana; por 100% pisa sob os seus pés todas as leis humanas; por 300% não existe crime que ele não ouse cometer, mesmo correndo o risco de forca. Quando a desordem e a discórdia dão lucro, ele encoraja as duas: é o que mostram o contrabando e o tráfico negroiro” (MARX, apud GOUNET, 1999, p. 111). Utilizando as palavras de Lessa e Tonet: “Se para um burguês enriquecer, ou se tornar mais rico, for necessário jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões – ele o fará, e a sociedade burguesa aceitará como ‘natural’. Insano o burguês que deixar de ganhar dinheiro para defender os interesses coletivos” (2008, p. 68).

dessas questões com um desprezo pelo mínimo rigor teórico, esquecendo que a generosidade e o altruísmo são características tão prosaicas que podem ser encontradas até mesmo nos mais execráveis criminosos.

Do ponto de vista da produção material, a partir da formação social sob o comando do capital, a produção e o consumo adquirem uma independência extremamente problemática e uma existência segregada, de tal modo que o mais absurdo e manipulado consumismo (MÉSZÁROS, 2002) convive com a mais absoluta

ausência de atendimento a necessidades básicas do ser humano. A contradição, uma das indelévels marcas de nossa sociedade, se mostra, também, no fato de que obedecendo a sua lógica expansionista, o ideal burguês incentiva o consumo e coloca ter e possuir como um elemento norteador de sucesso individual. Contudo, a mesma sociedade, também, limita e impede que parcelas significativas da população mundial tenham acesso a vários produtos básicos, inclusive alimentos. Fome e ostentação convivem na sociedade, lar das mercadorias, não dos humanos.

3 CRISE DO CAPITAL E SUA SUBSTÂNCIA DESTRUTIVA

A existência de crises na sociedade burguesa não é um defeito, nem um acaso, as crises são elementos constitutivos do capitalismo e de seu sistema de reprodução metabólico. Um dos aspectos das crises é que elas não são em decorrência da escassez, muito pelo contrário, o que caracteriza as crises capitalistas é exatamente por ser o resultado da superprodução. Ou seja, as crises ocorrem em razão do excesso de produtos no mercado gerarem um aumento na oferta sem um correspondente aumento da procura. Com isso, ocorre a queda dos preços das mercadorias, o que por sua vez, causa uma diminuição na lucratividade, levando o capital ao colapso. A abundância de algum produto, que seria motivo de contentamento em outra forma de sociedade, é a razão maior para o desespero do capitalista.

Se o estudo das crises no capitalismo tem a chancela de Marx como seu grande teórico, pertence a Mézáros (2002) o mérito da análise mais profunda e ampla sobre a crise que afetou o capital nos primeiros anos da década de 1970 e sua conceituação como *crise estrutural*. Conforme Mézáros (2009, p. 75), a continuidade da crise e as profundas e devastadoras consequências sociais que a humanidade sofre nos dias de hoje, indicam que se está numa crise “nunca antes

experimentada e numa escala incomparável”. Após o período de movimentos de expansão e crises cíclicas, o capital adentrou em uma fase nova, cujo aspecto nodal é marcado pela continuidade depressiva. O que difere a crise estrutural do capital das crises cíclicas anteriores, é a manifestação de quatro aspectos:

[...] seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]. Seu alcance é verdadeiramente global [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...]. Sua escala de tempo é extensa, contínua, e, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; em contrastes com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...]. (MÉSZÁROS, 2002, p. 796, grifos nossos)

A síntese desses quatro aspectos compõe o quadro do colapso estrutural que atinge o capital e que se manifesta para além do domínio financeiro, trazendo consequências para a humanidade em diversas esferas, a questão ambiental, o dilaceramento das relações humanas e a ação destrutiva contra a força de trabalho são algumas de suas expressões. No núcleo mais duro da crise, se encontra a incapacidade do capital de superar integralmente seus efeitos. Dessa forma, a produção, tendo por solo a crise estrutural,

passa a ser o modo decisivo de reprodução do sistema do capital e a acumulação destrutiva sua forma de interação com a sociedade.

Não podendo atacar as causas da crise em sua “raiz”, visto que isso significaria eliminar o próprio sistema, o capital desloca os problemas para outras esferas. Para o enfrentamento da crise, a solução encontrada para “arrastar” os problemas para adiante tem sido fundamentalmente a produção destrutiva. Nesse sentido, a reprodução do capital coloca sobre a humanidade um processo de autoreprodução expansionista baseado na descartabilidade, no consumo do supérfluo, na precarização das relações de trabalho e no canceroso agigantamento do desemprego crônico³, em síntese: na destruição da natureza e do ser humano (MÉSZÁROS, 2002).

Existindo um impulso de incontornabilidade⁴ na lógica de seu metabolismo, a despeito de sua insolente “irracionalidade, a reprodução ampliada continua, tanto quanto antes, a ter sentido do ponto de vista do próprio capital” (MÉSZÁROS, p. 940). Para realizar esta produção ampliada em limites mais estreitos, a solução é produzir o desperdício, é organizar uma produção destrutiva e perdulária, no

3 No que se refere ao desemprego, há que mencionar que a crise estrutural promove uma inflexão profundamente negativa nesse fenômeno, não se tratando mais de uma parcela da classe trabalhadora que se encontra na condição de “exército de reserva” e espera de uma oportunidade, cada vez mais rara ou precarizada, mas de um processo que assume um caráter crônico (MÉSZÁROS, 2002).

4 A este respeito, é oportuno mencionar que o fato de ser incontornável, não significa que o capital não possa ser superado, seu controle e sua superação são coisas absolutamente distintas. Se Mészáros (2002) explicita os fundamentos dessa incontornabilidade como parte de um movimento auto-expansivo, Marx já indicava esta ao mencionar que o capitalista incorpora as leis de ampliação constante como uma força proveniente da lógica do capital que ele não consegue dominar. “Como tal, ele partilha com o entesourador o instinto absoluto do enriquecimento. O que neste, porém, aparece como mania individual, é no capitalista efeito do mecanismo social, do qual ele é apenas uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva” (MARX, 1996, p. 225, grifo nosso).

autêntico sentido dessas palavras, como por exemplo: a produção de objetos descartáveis e de luxo. A inutilização prematura de objetos ou sua subutilização como artigos de luxo acaba por tornar-se positiva para o capital. Tal situação é útil para o sistema porque uma vez que o capital consegue converter a mercadoria em dinheiro, completando seu circuito de realização, pouco importa se esta mercadoria será consumida, não utilizada ou se será destruída e, muito menos é levado em consideração, quais as implicações e consequências desse tipo de produção (PANIAGO, 2007).

Com a crise estrutural, a produção capitalista ganha contornos destrutivos e os complexos sociais que poderiam agir para deter ou impor obstáculos, a tal situação, também, se encontram submetidos a mesma lógica. A tecnologia e a ciência não estão voltadas para atender aos objetivos deste esforço. Como decorrência das exigências e determinações instauradas pela crise estrutural, a ciência afastou-se do que ainda existia de “objetivos positivos e assumiu o papel de auxiliar a multiplicação das forças e modalidades de destruição” (MÉSZÁROS, 2004, p. 299).

Nesse instante de crise, a ciência e a tecnologia nem sequer conseguem contribuir firmemente para resolver os problemas decisivos do próprio capital (MÉSZÁROS, 2002). Se as contradições no metabolismo de acumulação do capital atingiram um estágio que impede que o desenvolvimento das forças produtivas resolva firmemente suas próprias dificuldades, que dirá solucionar minimamente as mazelas de toda a sociedade, inclusive o curso destrutivo do capital sobre a natureza.

Como existe uma disjunção entre a produção genuína e a autorreprodução do capital, como uma demanda artificialmente imposta, a ciência e o desenvolvimento tecnológico encontram-se firmemente imbuídos em oferecer soluções técnicas e operacionais para a manutenção e expansão dessa crescente autorreprodução em condições cada vez mais adver-

sas criadas pela própria reprodução capitalista. É por conta disso que no presente contexto “a ciência e a tecnologia só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuirão diretamente para a expansão do capital e concomitantemente também ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, 254-255).

Marx, ainda no século XIX, já entendia e incapacidade das soluções advindas do próprio capital para resolver os problemas gerados por sua acumulação.

[...] nenhum melhoramento da maquinaria, nenhuma aplicação da ciência à produção, nenhuns inventos de comunicação, nenhuma nova colônia, nenhuma emigração, nenhuma abertura de mercados, nenhum comércio livre, nem todas estas coisas juntas, farão desaparecer as misérias das massas trabalhadoras; mas que, na presente base falsa, qualquer novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho terá de tender a aprofundar os contrastes sociais e a agudizar os antagonismos sociais. (MARX, 1983, p. 9).

De acordo com Marx, supor a solução das con-

tradições oriundas da reprodução do capital é uma completa impossibilidade no interior dessa forma de sociedade. Marx é firme nas palavras, é intransigente em negar qualquer alternativa de mudança sem que esta ordem social seja superada radicalmente. A crise estrutural do capital, instalada desde o início da década de 1970, demonstra que as considerações de Marx feitas ainda no século XIX estão bem mais próximas do real, do que aquelas elaboradas pelos apologistas do capital nas décadas recentes.

As soluções, políticas tecnológicas e científicas ou quaisquer alternativas limitadas às fronteiras do capital são todas rigorosamente ineficazes. A questão ambiental e todo conjunto de problemas sociais surgidos dela ou por ela agravados, não possuem sua solução no interior da lógica do capital, pois tais questões estão lastreadas e possuem sua gênese no processo de produção capitalista e na sujeição do homem aos ditames da mercadoria. Por conta disso, tais soluções ao invés de resolver os problemas, só tendem a agravá-los.

4 A PRODUÇÃO DESTRUTIVA E A QUESTÃO AMBIENTAL

O atual processo de acumulação capitalista, sob a pressão e as determinações de seu colapso estrutural, não consegue mais se desenvolver sem recorrer a uma decrescente taxa de utilização do valor de uso das mercadorias, tratando-se de um mecanismo do qual o capital não tem mais como se desvencilhar, sem que isso represente profundos entraves para sua reprodução (PANIAGO, 2007). Ainda que se considere a ocorrência de uma “destruição produtiva” no desenvolvimento histórico do capital, a dinâmica de sua crise estrutural incorpora em seu processo metabólico um momento histórico em que “passamos da prática de destruição produtiva da reprodução do capital para uma fase em que o

aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável” (MÉSZÁROS, 2002, p. 267).

A crise impulsiona a elevação dos níveis e desemprego e desigualdade social e segrega parcelas imensas da população do consumo de produtos básicos, como alimentos, água potável, serviços de saúde, condições de moradia, entre outros. Diante disso, aqueles com poder de compra, precisam consumir mais para manter de forma acelerada o circuito produtivo ampliado do capital, ainda que isso signifique formas perdulárias de consumo.

Zacarias (2009, p. 68) relata que “20% da população mundial consome entre 70% a 80% dos recursos no mundo. Esses 20% comem 45% de toda a carne e de todo o peixe, consomem 68% de eletricidade, 84% de todo o papel e possuem 87% de todos os automóveis”. A produção e seu consumo estão concentrados em poucas mãos e bolsos, enquanto que para uma grande parcela de seres humanos é negado o direito a própria vida⁵.

Como a produção capitalista não existe para atender as demandas e necessidades legitimamente humanas, mas aquelas artificialmente impostas pelo capital, “Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante” (MÉSZÁROS, 2009, p. 73). Como a reprodução capitalista desconsidera o valor de uso enquanto necessidade humana, subordinando radicalmente esses valores aos imperativos dos valores de troca, também, coloca a humanidade como submissa aos interesses do lucro.

A questão é que na relação natureza e capital, este último não consegue impor a si outra lógica que não seja a conversão da natureza em valores de uso subordinados a lógica dos valores de troca. Acrescente-se a isso que seguindo os ditames de seu sistema metabólico, tal produção deve ocorrer de forma expansiva.

No atual contexto, qualquer tentativa de reversão séria de sua lógica destrutiva e expansiva implicaria num grave colapso de todo o sistema. Nessas circunstâncias, a destruição do meio ambiente e a produção desperdiçadora assumem uma posição necessária

5 Teixeira (2008, p. 37) expõe que “[...] morrem todos os anos de fome e por causa de doenças curáveis, nos Países do Terceiro Mundo, 16 milhões de crianças. Em cinco anos, este índice de mortalidade equivale ao total de baixas ocorrido em toda a Segunda Guerra Mundial. Em cada cinco anos desenrola-se uma guerra mundial contra os meninos do Terceiro Mundo”.

para o capital, ainda que perversa para a humanidade. A questão mais profunda e grave em que se encontra a questão ambiental é que não se trata de um problema político ou moral, trata-se de reconhecer que qualquer solução que trave ou coloque sérios obstáculos a reprodução ampliada e desperdiçadora do capital não será acatada pelo capital, sob pena de que tal aceite representa paralisar todo o sistema.

O resultado é que, em tempos de crise estrutural, o mecanismo de autoreprodução do capital, intensifica seu caráter essencialmente desperdiçador, perigoso, indesejado e principalmente destrutivo. Este processo que é insano para os homens, é rigorosamente coerente e necessário para o capital. Em razão da tendência irracionalmente expansionista, a lógica de sua reprodução tem de atuar destrutivamente. A contradição básica do sistema é que ele não consegue separar o “avanço” da destruição, nem “progresso” de desperdício (MÉSZÁROS, 2009), ainda que o resultado desse processo seja extremamente perigoso para o ser humano. A obsolescência programada e a redução na taxa de utilidade das mercadorias se tornam uma das saídas do capital.

[...] o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade. [...] Quanto mais qualidade as mercadorias aparentam (e aqui a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. (ANTUNES, 2004, p. 51).

As determinações oriundas da lógica do capital, acentuadas e intensificadas por sua crise estrutural, colocam a necessidade de uma produção profundamente desperdiçadora, em que os bens são produzidos e planejados para durarem pouco. Tal lógica está perfeitamente ajustada com as necessidades de tentar escapar das restrições ocasionadas pela demanda retraída, típica das épocas de crise. Em se tratando de um colapso de característica contínua, tal situação tende, também, a manter-se perene enquanto vigorar este modo de produção mercantil.

A crise estrutural pode levar o capital a sua própria aniquilação, como resultado de seu metabolismo irracional e incorrigivelmente destrutivo; o problema é que, junto com ele, toda a humanidade pode igualmente sucumbir. Na atualidade, os aspectos de destruição do planeta, da construção contínua de um arsenal destinado à aniquilação dos seres vivos, em contradição com a ausência do atendimento a diversas necessidades básicas, é uma perversa realidade (MÉSZÁROS, 2002). Como esta sociedade permanece sendo o lar das mercadorias e não dos seres humanos, a guerra, a fome e a destruição das bases materiais de vida humana convivem na casa em que os pais são o capital e a burguesia. Na análise de Mézszáros (2002, p. 801):

[...] a devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões de desperdiçados.

Há de se questionar se este curso destrutivo não poderia ser alterado pelo próprio sistema, como forma de inclusive se preservar. O fato é que não há como justificar que ao longo do século XX tenha ocorrido a produção de um arsenal nuclear capaz de destruir o planeta por noventa e nove vezes (LESSA, 2006). Por um lado, tal situação é rigorosamente estúpida, considerando as reais necessidades humanas. Por outro lado, a partir da perspectiva mercantil, a lógica do capital é incapaz de

enxergar qualquer problema nesse tipo de produção, pois ela atende seus próprios ditames.

Além disso, em razão de uma “disjunção radical entre produção genuína e autoreprodução do capital, as barreiras à produção capitalista são suplantadas sem se medir as devastadoras implicações para o futuro” (PANIAGO, 2007, p. 52). O modo de reprodução metabólico do capital inverte o significado das restrições, riscos e limites referentes à natureza. Tais limites são transformados, também, em medidas negociáveis, os créditos de carbono são um exemplo desse processo de mercantilização.

Tal paradoxo é expresso no fato de que a destruição do planeta pode ser negociada, ela tem um preço, há uma cota a ser paga pela destruição das condições de vida no planeta, basta comprá-la. É inabalável a determinação do capital em devorar as condições materiais de existência humana e transformá-las em objeto de lucro. Quanto à destruição das condições de vida na terra, se houver quem pague por seu aniquilamento, o capital não terá receio em destruí-la e isso não será nenhum problema, afinal, o capital não se nutre de humanidade, sim de mais-valia. É dessa forma que qualquer tentativa de reverter a tendência destrutiva do sistema metabólico do capital em tempos de crise estrutural esbarra nos requisitos de manutenção orgânica do próprio sistema. Eis um significativo traço indelével da incontrolabilidade do capital e de sua incapacidade de considerar os seres humanos com tais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é permitido ignorar que as espessas nuvens de uma catástrofe ambiental e social se tornam a cada instante visivelmente mais escuras no horizonte da humanidade (MÉSZÁROS, 2007). Fechar os olhos para esta realidade não representa uma solução; a ri-

gor, em razão da ameaçadora crise social e ambiental com a qual hoje se depara, nem sequer esta opção é permitida. O amadurecimento da crise do capital promove o que de mais profundo e íntimo existe no capital, sua desumanidade. É extenso o cortejo de graves

e urgentes problemas que a crise impõe sobre os seres humanos, a questão ambiental, a ampliação do fosso de desigualdades sociais e o desemprego crônico são apenas alguns desses fenômenos.

Tal situação demonstra que enquanto a reprodução social tiver por pressuposto o ordenamento do trabalho alienado e a mercantilização da vida, a degradação, a perversão e a supressão das autênticas possibilidades humanas (TONET, 2004) não somente continuarão, como se intensificarão.

O resultado final desse curso pode ser não somente o agravamento da barbárie, já verificada para níveis imprevisíveis e indescritíveis, como, também, o

abismo para a vida humana. É dramática e perigosa a realidade reinante no início deste novo milênio e a gravidade dessa crise não permite que continuemos por soluções paliativas que são “nós nos ventos”, que não conseguem sequer arranhar a superfície desse curso destrutivo. A resolução da questão ambiental é uma efetiva possibilidade, contudo, isso apenas se viabiliza com o estabelecimento de uma forma de interação metabólica entre o homem e a natureza, que coloque as necessidades humanas como prioritárias. Dessa forma, a questão fundamental é que o caminho para tal solução passa necessariamente pelo rompimento radical com a ordem social vigente, incluindo um processo revolucionário que conduza ao trabalho associado e à emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCO, Maria. **Ética e Serviço Social** – Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2007.

GOUNET, Thomas, **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens**. Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sergio. História e ontologia: a questão do trabalho. **Crítica Marxista**, volume 20, p. 70-89, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LESSA, Sergio. Trabalho, sociabilidade e individuação. **Revista da Fiocruz**, Trabalho, Educação e Sociedade, vol 4, n. 2, setembro de 2006.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores**. In: Marx e Engels. **Obras Escolhidas em Três Tomos**, vol. 2. Lisboa: Edições Avante, 1983.

MARX, Karl, ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.

TEIXEIRA, Francisco. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: Edufal, 2004.

ZACARIAS, Rachel. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 19 nº 2, p. 65-72. Jul-Dez 2009.

Recebido em: 30 de janeiro de 2013

Avaliado em: 26 de março de 2013

Aceito em: 9 de abril de 2012

1 Mestre em serviço Social pela UFAL e professor do curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes. E-mail: albanibrr@hotmail.com